

15 ANOS DE “SPORT” – INVESTIGANDO A PERIFERIA, INVESTIGANDO NA PERIFERIA: REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES

Recebido em: 02/02/2020

Aprovado em: 31/08/2020

Licença: 

Victor Andrade de Melo¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Rio de Janeiro – RJ – Brasil

RESUMO: Tendo como mote a comemoração dos 15 anos do “Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer”, este ensaio objetiva discutir as peculiaridades de dinamização de um grupo de pesquisas numa situação periférica. De início, se debate o conceito de periferia para situar os desafios tanto de investigação quanto da constituição de um campo acadêmico. Posteriormente, apresentam-se algumas reflexões sobre os limites, possibilidades e potencialidade da inserção no cenário científico internacional. Por fim, conclui-se que assumir que, nos dias atuais, somos periféricos não significa aceitar que sempre seremos assim, tampouco que devemos almejar o centro. Sugere-se ser mais interessante perspectivar um mundo em que não mais se sustente a relação centro-periferia, algo que não pode se dar somente no terreno das ilusões discursivas que prescindem de uma profunda compreensão empírica.

PALAVRAS-CHAVE: História do Esporte. Ciência. Relação Centro-Periferia.

15 YEARS OF “SPORT” - INVESTIGATING THE PERIPHERY, INVESTIGATING SINCE THE PERIPHERY: REFLECTIONS AND PROPOSITIONS

ABSTRACT: Having as an incentive the celebration of the 15th anniversary of the “Sport: Laboratory of History of Sport and Leisure”, this essay aims to discuss the peculiarities of the organization of a research group in a peripheral situation. At first, the concept of periphery is debated in order to situate the challenges of both research and the constitution of an academic field. Subsequently, some reflections on the limits, possibilities and potential of insertion in the international scientific scenario are presented. Finally, it is concluded that assuming that, today, we are peripheral does not mean accepting that we will always be like that, nor that we should aim at the center. It is suggested that it is more interesting to envisage a world in which the center-periphery relationship is no longer sustained, something that cannot happen only in the field of discursive illusions that do not require a deep empirical understanding.

¹ Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde atua no Programa de Pós-Graduação em História Comparada/Instituto de História e no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, onde também leciona na graduação. Além disso, é professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais.

KEYWORDS: History of Sport. Science. Center-Periphery Relationship.

No ano de 2006, criamos o "Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer". Os intuítos e a trajetória de nosso grupo nessa década e meia de atuação já foram registrados em diversos momentos², além de fartamente documentados em nossa página web³. Neste artigo, produzido por ocasião de nosso aniversário de 15 anos, gostaria de recuperar e acrescentar algumas reflexões sobre uma questão que tem sido central para nós: como dinamizar um coletivo de pesquisadores numa situação periférica?

Começo por dialogar com o excelente artigo de João Marcelo Maia (2019). Seu potente texto se inicia apresentando uma questão que muito interessa a nosso debate: "Como se pensa na periferia? Ou, dito de outra forma, quais as consequências de se escrever e pensar estando situado numa sociedade tida como periférica?" (p. 173).

O autor demonstra que, a partir dos anos 1990, emergiram críticas ao "suposto simplismo do paradigma centro-periferia" (p. 174), em linhas gerais contestações da ideia de centralidade do continente europeu, simpáticas à noção de que haveria uma "pluralidade de fluxos e trocas entre diferentes contextos nacionais e ou regionais" (p. 174).

Convence-me, contudo, uma afirmação convicta de Maia, sustentada num debate sobre recentes posicionamentos acerca do tema: "embora eu reconheça os problemas implicados no uso do conceito (periferia), é inegável que há assimetrias globais que estruturaram os fluxos internacionais modernos e que ainda regulam o modo como as ideias circulam e se consolidam" (p. 175).

² Entre outros: Melo (2018); Melo (2017a); Melo (2015a); Melo (2008).

³ www.sport.historia.ufrj.br; <https://noticiasdosport.wordpress.com/>.

No caso da investigação do esporte, notadamente para quem estuda os momentos iniciais da estruturação do campo, o conceito parece-me plenamente adequado, até mesmo por a prática ter data e local de nascimento, o Reino Unido (mais especificamente a Inglaterra) do século XVIII, de onde se espalhou na esteira das intensas relações de negócios que os britânicos estabeleceram pelo mundo, bem como da difusão de noções de civilização e progresso, o ideário e imaginário da modernidade⁴.

O conceito ajuda-nos também a pensar na estruturação do campo acadêmico da História do Esporte (ou História das Práticas Corporais Institucionalizadas, como adotamos no grupo) no Brasil. Como nesse processo dialogamos com o que tem sido publicado pelo mundo, especialmente na Europa e Estados Unidos, onde as investigações do tema apresentam maior estruturação? Como participamos e somos (ou não) acolhidos nas iniciativas desses países? Quais os limites, possibilidades e potencialidades de nosso envolvimento nesses cenários internacionais?

Na trajetória de nosso grupo, procuramos constantemente estabelecer contatos com pesquisadore(a)s do tema estabelecido(a)s em outros países, tanto com aquele(a)s que vivem e investigam a América do Sul (notadamente Argentina, Uruguai, Colômbia) quanto com o(a)s que atuam nas nações anglófonas. Também mantemos intensas relações com investigadore(a)s de Portugal e Espanha. Logramos bastante sucesso nessas parcerias, mas não podemos deixar de concordar que “há evidências suficientes de que as assimetrias que estruturam o fluxo de ideais, teorias e objetos intelectuais permanecem forte” (MAIA, 2019, p. 175)⁵.

⁴ Sobre o tema, ver Melo (2010).

⁵ Há ainda uma terceira condição periférica que não tratarei neste artigo. Na verdade, já discuti esse tema em outras ocasiões. Trata-se de algo que unifica todos que estudam o tema pelo planeta: a história do esporte não logra acolhida plena nas duas áreas acadêmicas às quais mais se relacionam os seus assuntos de investigação: nem na História nem na Educação Física.

A despeito de aceitar e ter como válido o conceito de periferia, ainda no diálogo com Maia (2019), creio que se deve fazer as devidas ressalvas na sua compreensão. Não se trata de sugerir que haja uma atitude passiva dos periféricos. Esses não são “meros receptores”. O autor defende a interessante ideia de “efeitos periféricos” no sentido de “retomar o esquema centro/periferia, mas o complementando com estudos empíricos mais detalhados que evitem abordagens reducionistas e unilaterais e não ignorem a agência de sujeitos e instituições” (p. 176).

Esses são alertas fundamentais nas investigações sobre o esporte, advertências que sempre procurei considerar nos meus estudos. Há que se ter em conta que no espraiamento mundial da prática, vários foram os fluxos e os efeitos periféricos aos quais o investigador deve estar atento. Inegavelmente, a estruturação do campo no Rio de Janeiro do século XIX deve muito aos britânicos⁶, bem como aos norte-americanos na centúria seguinte⁷. Todavia, nesse processo de conformação, promovemos nossas leituras próprias, decorrentes não só do protagonismo de nossos agentes como também das peculiaridades contextuais.

Da mesma forma, o que ocorreu no Rio de Janeiro, durante décadas a maior e mais importante cidade brasileira, foi também fruto de diálogos com os sul-americanos⁸, bem como influenciou outras localidades nacionais. Nessas, contudo, a conformação do campo não só dialogou com influências advindas de outras regiões como ganhou conotações próprias⁹. E mesmo dentro dos municípios, há trânsitos centro-periferia entre as diversas áreas urbanas, da mesma forma se constituindo peculiaridades que devem ser descortinadas pelo pesquisador¹⁰.

⁶ Entre outros artigos, tratei esse tema em Melo (2017b).

⁷ Ver Melo e Gonçalves (2018).

⁸ Ver Melo (2020a).

⁹ Ver Rocha Junior (2011) e Karls (2017).

¹⁰ Ver Melo (2020b).

O desafio, portanto, é compreender o que é há de regular e o que há de específico, descortinando os sentidos e significados que cercam uma apreensão que é sempre geral-particular. Negar, contudo, que se trata de uma relação centro-periferia não é somente um equívoco teórico; pode beirar a desonestidade empírica.

Se assim o é no que tange a investigação do objeto, cuidados devem também ser tomados no tocante à estruturação do campo acadêmico. A imputabilidade supostamente universal de alguns autores – em geral oriundos da Europa e dos Estados Unidos – não se sustenta. Alguns desses podem dar boas contribuições às pesquisas, mas a produção de cada local – tanto no sentido teórico quanto no sentido empírico – não pode ser desprezada, menosprezada ou minorada.

Maia (2019), dialogando com Beigel, lembra que “há vários processos históricos de mediação que impedem a afirmação simplista de que toda ciência feita na América do Sul seja naturalmente ‘periférica’” (p. 178). Na trajetória de nosso grupo de pesquisa, sempre estivemos atento a tal dimensão, reconhecendo as peculiaridades nacionais.

De um lado, talvez tenhamos que lidar com preconceitos ainda mais fortes no que tange a determinados objetos de pesquisa, especialmente os que tem conexão com a cultura popular, mais ainda com os da cultura de massa, algo que se refletiu mesmo em questões cotidianas tais como a dificuldade de inserção acadêmico/profissional¹¹.

De outro lado, pelo menos em determinado momento, assistimos a um enorme crescimento do interesse pelo tema, um desdobramento da década dos megaeventos que no Brasil vivemos. Em certos períodos, em viagens internacionais, percebemos que

¹¹ Na verdade, a despeito das barreiras encontradas, nesses 15 anos realizamos absolutamente tudo o que planejamos; talvez até mais do que sonhamos enquanto projeto intelectual e acadêmico.

estávamos mesmo em melhor condição de respeitabilidade e obtenção de recursos do que colegas de países que tradicionalmente se dedicaram à investigação do esporte¹².

Da mesma forma, devido ao fato de que havia poucos pesquisadore(a)s das ciências humanas/sociais dedicado(a)s à investigação do esporte, no Brasil promovemos algo menos perceptível em outros cenários: o diálogo entre diversas áreas de conhecimento. Em nosso país foi usual, e nosso grupo foi ativo partícipe disso, que compartilhassem o mesmo espaço de reflexão e construção do campo investigadore(a)s oriundo(a)s das áreas de História, Sociologia, Antropologia, Geografia, Educação Física, Educação, Comunicação Social, Economia, entre outros. A ideia multi, inter ou adisciplinar de Estudos do Esporte, embora nunca claramente reivindicada ou assumida, por aqui se insinuou mais amiúde. Talvez tenha ocorrido algo apontado por Maia (2019): “em alguns casos, a recepção cria condições novas do campo ou mesmo dá forma a esses mesmos campos” (p. 179).

Enfim, estou de acordo que “o conceito de periferia pode ser pensado de forma menos totalizante. Mantém-se o melhor da clássica teoria da dependência (a dimensão global da análise, que evita a reificação do nacional como caso fechado), mas se questiona a ênfase excessiva no poder explicativo causal do capitalismo” (p. 181). Isso serviria para refletirmos sobre nossas investigações, bem como sobre a estruturação do campo acadêmico da História do Esporte no Brasil. A compreensão dos “efeitos periféricos” seria uma “forma de apreender como as dinâmicas transnacionais se imprimem na fatura do texto estudado” (p. 181).

Como pensar, a partir dessas dimensões, estratégias de diálogos internacionais? Assumida nossa condição periférica, como podemos exponenciar nosso protagonismo?

¹² Fomos previdentes. Naquele momento, conseguimos fazer importantes investimentos intelectuais, de contato e infraestruturais que alavancaram a estruturação do grupo, bem como tem nos permitido seguir navegando em mares tão bravios quanto os atuais.

A partir daqui, passo a recuperar algumas ideias que tenho defendido sobre a possibilidade de construirmos uma comunidade ibero-americana¹³. A prerrogativa não é nova: considerando que há traços de uma identidade cultural em comum, seria interessante congregarmos os países da região (ou pessoas desses países) para entabular projetos conjuntos, a fim de dar conta de alguns problemas compartilhados e buscar um lugar estratégico no cenário geopolítico mundial.

A ideia não é de fácil execução por motivos diversos. Há complicadas questões operacionais a resolver. É difícil mesmo entabular iniciativas em comum tendo em conta uma área geográfica tão grande, marcada por enorme heterogeneidade e intensos desníveis socioeconômicos, não só entre os países como mesmo no cenário interno de cada nação.

Mais ainda, há um nó primordial: a ideia de uma identidade cultural em comum se sustenta mais em alguns pontos de contato na história dos países (diga-se de passagem, muitos deles bem desconfortáveis) do que na existência propriamente dita de um discurso identitário unificado.

Basta, de forma muito ligeira, lembrar que a adesão à noção de América Latina é relativamente nova para o Brasil¹⁴, que a proposta de constituição de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa enfrenta muitas dificuldades¹⁵, que as relações entre Portugal e Espanha são marcadas por muitos conflitos¹⁶, que alguns embates regionais na América do Sul seguem muito intensos.

De toda forma, tendo em conta que uma “identidade cultural em comum” seja mais um devir, um fermento, um argumento, talvez uma busca, uma utopia, parece inegável que do ponto de vista estratégico, do ponto de vista de pensar uma maior

¹³ Ver Melo (2015b).

¹⁴ Para um debate sobre esse tema, ver Bethell (2009).

¹⁵ Para mais informações, ver Freixo (2009) e Cervo e Magalhães (2000).

¹⁶ Para um debate, ver Ribeiro (2010).

presença da região no cenário geopolítico internacional, pode ser interessante o estabelecimento de uma relação mais forte entre os países ibero-americanos.

Pensando no campo científico mundial, essa função estratégica pode ser ainda mais notável, inclusive no que tange à maior visibilidade de nossas investigações¹⁷. O desconhecimento acerca de nossos estudos teria uma explicação imediata e óbvia, o fato de que majoritariamente produzimos em espanhol e português, essas línguas "obscuras" para a ciência internacional (ainda mais o português).

Um campo científico que se pretenda de fato internacional deveria estar mais atento aos diversos arranjos mundiais, inclusive àqueles produzidos em diferentes línguas? Um maior conhecimento dos estudos históricos de nosso âmbito geográfico certamente não somente nos interessa, a nós ibero-americanos, mas também a todos os pesquisadores da temática, na direção do que sugere Arbena (1999):

Eu reenfatizo meu argumento de que a construção de uma teoria válida requer uma perspectiva universal. Não podemos seriamente falar sobre o espaço do esporte no comportamento humano ou da conexão entre esporte e imperialismo cultural ou do espaço do esporte na globalização recente, etc., sem olhar como isso, e outros padrões, têm ocorrido em diferentes contextos geográficos, temporais e culturais (p. 27).

O próprio Arbena admite, contudo, que não se podem observar esforços significativos de relacionamento mútuo e de busca de um maior diálogo, o que certamente tem relação com dificuldades linguísticas, já que o inglês é a língua mais amplamente aceita no mundo acadêmico, e com um provável etnocentrismo, expresso também na maior valorização de referências em inglês (a usual exigência de que estejam contempladas nos estudos realizados) e mesmo da forma de narrativa e argumentação mais comumente observada na língua inglesa, substancialmente distinta da nossa forma latina de escrever.

¹⁷ Um debate interessante sobre o tema, pode ser visto em Capel (2004).

Isso traz repercussões para o exercício da ciência como um todo. Giovani Levi (2014) critica o fato de os historiadores norte-americanos somente utilizarem material publicado em inglês, mesmo quando se debruçam sobre temas de outros países nos quais há grande produção em língua nacional. Ainda que isso seja uma grave limitação, assim não é considerada em função da hegemonia do inglês.

De fato, não poucas vezes pesquisadores de nossa região recebem pareceres comentando a má qualidade do inglês de nossos artigos, mesmo quando foram traduzidos por nativos, ou indicando que deveriam ter sido usados obrigatoriamente esse ou aquele autor que publicou em inglês, mesmo quando sabemos que o que produzimos em língua nacional é tão avançado quanto o que foi sugerido. Quem não sabe disso são os pareceristas.

É curioso esse quadro. Pesquisadores de países ditos periféricos em geral têm que desenvolver a habilidade com duas ou três línguas, ao contrário dos que têm o inglês como língua materna. Isso, na verdade, geraria uma vantagem a nosso favor, porque conseguimos ler tudo o que o mundo anglófono publica, enquanto o mundo monoglota anglófono não consegue ter conhecimento dos avanços dos nossos estudos e reflexões. Essa suposta vantagem, todavia, é anulada pelo anglocentrismo que marca a ciência mundial.

Percebamos como nas revistas internacionais de história do esporte, há poucos trabalhos sobre nossos países. Em muitas ocasiões, esses estudos são feitos por estrangeiros (o que há princípio não é necessariamente um problema)¹⁸ ou por nacionais que vivem há muitos anos fora (o que da mesma forma não é um problema). O problema é quando isso se apresenta como um condicionante para fazer circular o conhecimento.

¹⁸ Renato Ortiz vai direto ao ponto ao afirmar que grande parte das interpretações sobre nosso continente são entabuladas por latino-americanistas profissionais, que trabalham fora da América Latina, notadamente em universidades norte-americanas (2001).

Mais ainda, praticamente não há produção nossa nos debates mais amplos. Por que será que mesmo nossos artigos produzidos em inglês não têm grande repercussão, inclusive quando adotamos abordagens amplas e ambiciosas, por vezes originais?

Dos investigadores oriundos dos países ditos periféricos, que seguem trabalhando em seus países de origem, não se esperaria mesmo a capacidade de conceituações mais amplas. Caberia aos "regionais" e "provincianos", nós que vivemos na periferia e falamos línguas bárbaras, usar os conceitos produzidos nos países centrais e nos esforçarmos para escrever naquela que se tornou a imputabilidade linguística, o inglês.

É curioso, aliás, como, em geral, nossa produção é enquadrada como "regional", quase um exotismo. Vejamos que, ao revés, um trabalho sobre críquete em algum subúrbio de Londres é tido como internacional. Esse processo tem claramente em conta um silenciamento de certas comunidades científicas, rebaixadas, como sugere Ortiz, "à posição subalterna de localismo" (2004, p. 19). Cabral (2007) é ainda mais categórico: pesquisadores de países periféricos são em geral encarados como iniciantes, mesmo quando tem uma longa trajetória, por vezes até mais sólida do que aqueles que avaliam seus estudos.

Renato Ortiz chama a atenção para o fato de que a preponderância do inglês como língua mais usada internacionalmente "nada tem a ver com os fundamentos fonéticos ou gramaticais" (2004, p. 5). Seu intuito é desnaturalizar, e no limite mesmo questionar, a ideia de que existiria alguma língua franca, chamando a atenção para os aspectos culturais, políticos e econômicos que cercam esse tipo de compreensão.

Ao considerar a peculiaridade das ciências sociais e humanas, Ortiz é ainda mais categórico: "o inglês não pode funcionar como língua franca, não por uma questão de princípio, ou de orgulho nacional, mas devido à própria natureza do saber construído" (p.

15). Como para nós a narrativa é um elemento preponderante, devemos lembrar que a tradução é cara, complexa, sempre incompleta.

Levemos em conta que, em diversos aspectos, a ciência mundial é um grande palco de negócios, tanto no que tange a suas aplicações mais diretas, gerando patentes e produtos, quanto no que se refere à veiculação do conhecimento em si. Empresas internacionais criaram indexadores para dizer o que supostamente é melhor ou não em termos de difusão da produção. A maneira como isso é entabulado acaba por reforçar o predomínio do inglês

Nesse quadro, mesmo aquilo que poderia e deveria ser alternativa de contraposição, é tragado para a vala comum, o que entre nós está claramente acontecendo com o Scielo: essa importante iniciativa lamentavelmente parece ter se ajustado de forma bem pouco crítica e soberana aos parâmetros internacionais que estamos aqui criticando¹⁹.

Complica ainda mais esse quadro a exigência de exclusividade: o periódico torna-se proprietário da produção que veicula. Então, vejamos bem. O que seria publicado na língua-mãe, acaba veiculado em outro idioma que nem sempre os nacionais podem ler. Mesmo que possam ler, terão que pagar para tal, pois o artigo é vendido pelas editoras. O conhecimento custa caro.

Trata-se de um grande negócio. Você produz seu artigo, com seu esforço e recursos. Paga para traduzir (processo que sempre toma muito tempo e dinheiro). Em alguns casos, paga para submeter. A revista usa pareceristas que na maior parte dos casos não são pagos. Se publica, torna-se detentora dos direitos autorais e cobra o acesso. Pelo idioma e pelo preço, restringe-se a veiculação do conhecimento produzido

E por que submeter artigos a essas revistas? Porque os indicadores que as editoras criaram dizem o que é supostamente bom ou não, o que acaba por ter impactos

¹⁹ Para uma boa e contundente crítica a essa mudança, ver Silva e Baptista (2014).

operacionais nos nossos esforços de investigação, por exemplo, com a redução de verbas para quem não se enquadra no modelo (e ao redor disso há outro desdobramento perverso – a diminuição de recursos e mesmo desvalorização das ciências humanas e sociais que, por suas próprias características, se ajustam menos a essa dinâmica internacional).

Esse processo conta com o beneplácito de amplos setores da comunidade acadêmica. Uma parte nem sabe do que se trata, imersa nos seus estudos, sem entender ou dar atenção a esse quadro perigoso que se delineia. Outros preferem desconhecer o tema por estarem bem posicionados na obtenção de recursos. Há ainda os deslumbrados que semeiam o desejo de serem aceitos no “clubinho dos superiores”, o sonho do colonizado feliz com as injunções do colonizador. Como infere Ortiz, o fato é que o inglês se impõe como “artefato de prestígio” (2004, p. 17).

As revistas nacionais, inclusive, começam a fazer de tudo para serem aceitas nesses indicadores, até mesmo adotando o inglês como idioma obrigatório. Caso sejam aprovadas, se desejarem, podem contratar os serviços de editoração que “generosamente” as próprias editoras oferecem, obviamente cobrando para tal. Trata-se mesmo do melhor negócio do mundo.

Pois bem, há que se denunciar o que Ortiz chama de “afirmação da hegemonia travestida em verdade linguística” (2004, p. 6). O problema não se resume aos aspectos econômicos. A afirmação do inglês enquanto língua franca provoca o aumento dos desníveis de poder porque propõe uma pauta específica de discussões (que na maior parte dos casos não nos diz respeito), exponencia uma restrição da possibilidade de expressão, fortalece mecanismos de hierarquização (determinando quem é mais e quem é menos cientista).

Trata-se de velhas estratégias neocoloniais referendadas por setores que permitem esse processo de colonização, inclusive por um certo complexo de inferioridade que faz

com que se supervalorize aquilo que é oriundo dos países centrais. Nesse ponto, há uma dimensão ainda mais perversa: a dissolução de laços de solidariedade entre os países ditos periféricos com a desvalorização da própria produção interna.

Vejamos como há, em várias esferas, tendências de nós mesmos nos desvalorizarmos, não priorizarmos nossos contatos e mesmo nos desconhecemos. Por vezes sabemos mais o que os britânicos escrevem sobre esporte do que os ibero-americanos produzem sobre o tema. Não poucas vezes vi gente desconsiderando a priori determinado conhecimento apenas pelo registro linguístico ou país de origem. Até mesmo a habilidade linguística em nossos idiomas é menosprezada. Estudar espanhol ou português não conta.

Com isso, não surpreende que adotemos de forma mais ou menos explícita a pauta dos países centrais ou tentemos enquadrar os nossos casos nas reflexões deles oriundos. Isso é claro em muitos estudos históricos do esporte. Quando vamos parar para pensar na nossa pauta? Temos uma pauta? Se não, valerá a pena construir uma? Do ponto de vista estrito do conhecimento e do ponto de vista estratégico não valeria a pena nos organizarmos para pensar nisso?

Para responder essas questões, valerá a pena ter em vista o alerta de Ortiz (2004): "o que está em discussão é justamente a questão da 'falsa universalização'. Ou seja, como certas ideias e visões de mundo se difundem e se legitimam entre as diferentes sociedades sem que haja uma prévia reflexão crítica a seu respeito" (p. 18). Para o autor, "cosmopolitismo das ideias somente pode existir quando levamos em consideração a diversidade dos contextos e os sotaques das tradições sociológicas" (p. 18). A ideia de internacionalização, conforme tem sido majoritariamente construída, apresenta-se, assim, como uma falácia, ao mesmo tempo em que é um mantra, apontando para um cenário crescentemente restrito.

Quero deixar claro que não há em minhas posições nenhuma tentativa de deslegitimar a ciência dos países centrais, tampouco há qualquer laivo de xenofobia. Aprender outra língua, inclusive e não somente o inglês, é importante como ferramenta de comunicação. Temos sim a aprender com os países centrais, tanto quanto temos a aprender entre nós, tanto quanto temos a ensinar. Há uma produção dos países centrais que pode ser importante e útil, mas não é toda produção que assim o é, nem esta é a única, dado que a nossa produção de qualidade tem tanta importância quanto qualquer outra. O conhecimento tem que circular, mas isso não pode ser uma obrigação unilateral.

Xenofobia não faz nada bem à ciência, e meu intuito aqui foge absolutamente disso. O que desejo é propugnar a ideia de um mundo científico multipolar, em que não se perpetue a noção de que há um centro difusor a ser seguido e copiado. Trata-se de perspectivar a existência de muitos polos articulados que vão estabelecer relação não hierárquica, contrapondo quaisquer desníveis de poder.

Isso é, a questão não é pensar em alternativas para ocupar o *mainstream* acadêmico, mas sim iniciativas para questionar a ideia de que deve existir um *mainstream*, para não referendar o *mainstream*, para construir um outro cenário onde possamos nos dedicar a questões que nos são mais afeitas e urgentes (inclusive em função de nossos compromissos políticos específicos) e no qual nos sintamos mais confortáveis, desde o qual possamos dialogar com outros fóruns numa posição mais equânime.

A ideia de quebrar as hierarquias linguísticas, a propósito, no nosso caso tem até mesmo um argumento numérico: se juntarmos os cientistas que escrevem em português e espanhol teremos a segunda maior comunidade de investigadores do mundo, além de um dos mais excitantes mundos acadêmicos do planeta.

Se, como dito, a constituição de coletivos ibero-americanos não é uma novidade, pode ser interessante prospectarmos o que vem ou não funcionando nessas iniciativas.

Algumas têm em vista não uma visão contra-hegemônica, mas sim entabular estratégias integracionistas. Uma vez mais gostaria de expressar minha opinião de que não se trata de combater a legitimidade de nenhum arranjo, não é obviamente uma luta contra o inglês e o mundo acadêmico anglófono, mas também não se trata de submissão ou de pensar um fórum como um estágio intermediário para alcançar o Olimpo.

Trata-se de criar um coletivo autônomo, independente, soberano, disposto sim a estabelecer contatos múltiplos, mas sem perder de vista um projeto em comum a ser construído, um projeto que passará por nossas questões linguísticas e culturais, pela pauta que desejamos construir juntos.

Talvez devamos procurar novos arranjos para promover os esforços de articulação. Algumas iniciativas podem até ser parecidas, mas diferente deve ser o formato, a forma de organização, a maneira de nos reunirmos e afirmarmos nossos compromissos e a execução de nossa pauta, uma pauta em permanente discussão.

A antropóloga argentina Hebe Vessuri tem apontado alguns caminhos interessantes, basicamente sustentando a ideia de substituir a noção de soberania científica por uma noção radical de rede. Diria eu que poderia ser uma rede ágil que se sustente em iniciativas plausíveis e problemas de investigação em comum.

No que tange à possibilidade e mesmo necessidade de participação do Brasil (e dos países ditos periféricos) nessas discussões mais amplas, gosto muito das posições de Celso Amorim, por quem nutro grande admiração, um dos grandes chanceleres que esse país já teve, líder de uma política externa que denominou de ativa e ativa. Uma de suas afirmações, tendo em conta críticas superficiais e infundadas que recebeu quando estava à frente do Itamaraty, parece-me bem adequada para concluirmos esse artigo:

Eu me perguntava (e ainda me pergunto) a razão desse apego a uma posição secundária e de dependências, com raízes aparentemente tão profundas em nossos formadores de opinião (e não tanto, aliás, em nosso povo, como pude constatar em manifestações espontâneas de nossos cidadãos das mais diversas classes sociais). De certa forma, é como se temêssemos assumir os ônus, que

são uma decorrência natural do crescimento e da maturidade, e preferíssemos viver ao abrigo de uma metrópole, real ou imaginária, ainda que isso custe o abandono de oportunidades e sacrifício de interesses (2015b, p. 103).

Concordando com o autor, creio ser no mínimo necessário explicitarmos a ferida a fim de contestar essa atitude colonizada que marca muitos setores da universidade e da ciência brasileira como um todo. Assumir que, nos dias atuais, somos periféricos não significa dizer ou aceitar que sempre seremos assim. Tampouco que devamos almejar o centro. Parece mais interessante, por mais utópico que pareça, perspectivar um mundo em que não mais se sustente a relação centro-periferia. E isso não pode se dar somente no terreno das ilusões discursivas que prescindem de uma profunda compreensão empírica.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Celso. **Teerã, Ramalá e Doha**: memórias de uma política externa ativa e altiva. São Paulo: Benvirá, 2015.
- ARBENA, Joseph. History of Latin American Sports: the end before the beginning? **Sporting Traditions**, v. 16, n.1, 23-28, 1999.
- BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de "América Latina" em perspectiva histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 289-321, jul.-dez. 2009.
- CABRAL, João de Pina. Língua e hegemonia nas ciências sociais. **Análise Social**, Lisboa, v. XLII, n. 182, p. 233-237, 2007.
- CAPEL, Horacio. Libelo contra el inglés. **Biblio 3W - Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. IX, n. 490, fev. 2004.
- CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. **Depois das caravelas**: as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000. Brasília: EdUnb, 2000.
- FREIXO, Adriano de. **Minha pátria é a língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- KARLS, Cleber Eduardo. **Modernidades sortidas**: o esporte oitocentista em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em História Comparada). Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.
- LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Tempo**, Niterói, v. 20, n. 36, p. 1-20, 2014.

MAIA, João Marcelo E. Costa Pinto em dois tempos: os efeitos periféricos na circulação de ideias. **Tempo Social**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 173-198, 2019.

MELO, Victor Andrade de Por que uma revista brasileira de História do Esporte? Breves palavras sobre este periódico/Why a Brazilian Journal of Sport History? A few words about this scientific periodical. **Recorde: Revista de História do Esporte**, v. 1, p. 1, 2008.

MELO, Victor Andrade de. **Esporte e lazer**: conceitos. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MELO, Victor Andrade de. Apresentação. In: MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio; DRUMOND, Mauricio; KARLS Cleber. (Org.). **História(s) do Sport**: uma estratégia de difusão científica. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015a, v. 1, p. 1-199.

MELO, Victor Andrade de. O esporte e sua história: desafios para uma compreensão ibero-americana. In: MELO, Victor Andrade de (org.). **O esporte no cenário Ibero-Americano**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015b. p. 15-27.

MELO, Victor Andrade de. History of sport in Brazil and in South America: visibility for new looks. **International Journal of the History of Sport**, v. 34, p. 399-404, 2017a.

MELO, Victor Andrade de. A sociabilidade britânica no Rio de Janeiro do século XIX: os clubes de *cricket*. **Almanack**, Guarulhos, n. 16, p. 168-205, 2017b.

MELO, Victor Andrade de. Sport: laboratório de história do esporte e do lazer – construindo um campo de investigação. In: UVINHA, Ricardo Ricci (Org.). **Lazer no Brasil**: grupos de pesquisa e associações temáticas. 1ed.São Paulo: Edições Sesc, 2018, v. 1, p. 112-129.

MELO, Victor Andrade de. Inglaterra, França, Argentina: circulação de ideias na imprensa esportiva do Rio de Janeiro do século XIX. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, 2020a.

MELO, Victor Andrade de. Uma geografia do esporte: as experiências dos clubes de iatismo da Zona da Leopoldina (Rio de Janeiro, 1941-1954). **GEOUSP**: espaço e tempo, v. 24, p. 83-103, 2020b.

MELO, Victor Andrade de; GONÇALVES, Michelle Carreirão. Antes do *american way of life*: experiências com o baseball no Rio de Janeiro e São Paulo da transição dos séculos XIX e XX. **Revista de História da Unisinos**, São Leopoldo, v. 22, n. 3, p. 442-452, 2018.

ORTIZ, Renato. Estúdios culturales, fronteras y transpasos. **Punto de Vista**, Buenos Aires, n. 71, 45-67, 2001.

ORTIZ, Renato. As ciências sociais e o inglês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 19, n. 54, p. 5-22, fev. 2004.

RIBEIRO, José Félix. Portugal, Espanha, a integração europeia e a globalização. Balanço de uma época. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 28, p. 91-98, dez. 2010.

ROCHA JÚNIOR, Coriolano Pereira da. **Esporte e modernidade:** uma análise comparada da experiência esportiva no Rio de Janeiro e na Bahia. Tese (Doutorado em História Comparada). Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

SILVA, Ana Márcia, BAPTISTA, João Ribeiro. *Publish in english for not perish* ou as novas normas do Scielo Brasil. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 17, n. 4, out./dez. 2014.

Endereço do Autor:

Victor Andrade de Melo
Largo São Francisco de Paula, nº 1 - sala 311 – Centro
Rio de Janeiro/RJ – Brasil – 20.051-070
Endereço eletrônico: victor.a.melo@uol.com.br